

## **A imagem de um Brasil ideal ou uma re-colonização às avessas: a importância da imprensa periódica luso-brasileira e as suas relações culturais no início do século XX**

Doutoranda Fernanda Suely Müller<sup>1</sup> (USP)

### **Resumo:**

*Neste trabalho objetivamos discutir a importância da imprensa periódica literária luso-brasileira como fonte fundamental para a elaboração de um estudo inédito sobre as verdadeiras relações culturais entre ambos os países no início do século XX. Respalhada principalmente pelos estudos preliminares de Arnaldo Saraiva acerca do Modernismo Brasileiro e Português, abordaremos ainda nessa comunicação o programa de algumas revistas da época - como a Atlântida e a Águia -, bem como refletiremos acerca das imagens de um Portugal e Brasil ideais projetados em tais publicações através do discurso e da linguagem.*

**Palavras-chave:** imprensa periódica luso-brasileira, relações culturais, literatura portuguesa, Pré-Modernismo brasileiro, Modernismo português.

### **Introdução**

O século XX representa certamente um marco na vida social e literária para a comunidade luso-brasileira, sobretudo se considerarmos as duas primeiras décadas. No âmbito político, por exemplo, a sociedade brasileira passava por uma série de mudanças, desde o fortalecimento gradual da República instaurada anos antes (1889), passando pelo crescente surto imigratório para o abastecimento de mão-de-obra nas indústrias/fazendas nacionais e até o impacto que a Primeira Guerra Mundial provocou na mentalidade brasileira até então imersa na *belle époque*. A sociedade portuguesa, por sua vez, nesse mesmo período, tentava desesperadamente recuperar a auto-estima nacional ferida pelos acontecimentos advindos do *Ultimatum* em 1890, ápice de uma crescente decadência político-econômica que já vinha sendo observada no país desde as primeiras décadas do século XX e em 1910, seguindo – ainda que tardiamente – a tendência de aderir à formas de governo mais democráticas, instaura a República portuguesa.

Tais acontecimentos, como não poderia ser diferente, foram exemplarmente debatidos pelas intelectualidades nacionais e se refletiram muito acentuadamente na literatura. Se para o Brasil esse período cronológico representa, literariamente, o que se convencionou chamar de Pré-Modernismo, ou seja, um momento de transição que mantinha alguns traços da literatura produzida no final do século XIX mas que também já anunciava as matizes norteadoras do Modernismo brasileiro, para Portugal é também nessa época que observamos o amadurecimento de algumas inovações estéticas propostas principalmente pelos Simbolistas desde o início de 1890 – aproximadamente – e afirmação do Modernismo português propriamente dito a partir de 1915, manifestado sobretudo pelas excelentes revistas literárias que nesse período vieram à lume e que serviram como autênticos porta-vozes desse novo movimento.

Apesar de intimamente ligadas, principalmente pela comunhão lingüística, é nesse momento que observamos, no Brasil, ainda a busca da “ruptura” e do desvencilhamento das influências européia e portuguesa e o “desconhecimento” da expressão literária pelo lado dos intelectuais portugueses, segundo a maior parte dos críticos especialistas no assunto e no período. Porém, como nada é absoluto, ainda mais quando consideramos esse período de intensas mudanças políticas, econômicas e sociais dessa sociedade “moderna” que se instalava, há outra perspectiva de importantes críticos

como Arnaldo Saraiva ou João Alves das Neves que defende outro ponto de vista, ou seja, que houve um diálogo muito profícuo entre as intelectualidades brasileira e portuguesa no período, estabelecido especialmente através da imprensa periódica especializada mas que, no entanto, sendo pouco estudada e discutida, ainda permanece desconhecida e contribui para o reforço das convicções clássicas da grande distância entre as culturas luso-brasileiras na época em tela.

No estudo concluído em março de 2007 e até então inédito que resultou em Dissertação de Mestrado<sup>1</sup>, apontamos como se deu a presença da crítica e literatura portuguesas na sociedade paulistana, legítima representante da intelectualidade brasileira no Pré-Modernismo brasileiro e verificamos quão intensa foi a permanência da cultura lusitana no jornal *O Estado de São Paulo*, contrariando o lugar-comum de que nesse período, para a literatura brasileira, não havia mais espaço para o elemento estrangeiro – sobretudo português – na cultura nacional. Um dos pontos mais relevantes que destacamos com a conclusão da Dissertação foi, sem dúvida, como os artigos do jornal sobre a crítica e literatura portuguesas serviram de plataforma para a promoção da cultura e dos valores portugueses na sociedade brasileira e, ainda, considerados como um modelo para a literatura brasileira nesse momento tão representativo de definição do caráter nacional. É interessante notar que esse processo destaca-se em artigos de jornalistas portugueses – como empiricamente prova a análise desses artigos. Entretanto, em alguns editoriais do citado jornal e em alguns artigos de Sílvio de Almeida (brasileiro, nascido em Pouso Alegre) se verifica o mesmo processo, isto é, a manutenção do discurso em defesa dos valores culturais e literários portugueses, justamente o oposto do que postulavam autores do Pré-Modernismo e do Modernismo brasileiro, como destacam os manuais literários. Curiosamente, acerca de algumas revistas literárias e históricas portuguesas da mesma época (1900-1920), afirma Élio Serpa:

Pode-se dizer que nessas revistas os intelectuais portugueses, formados na cultura política nacionalista, objetivavam internamente padronizar tradições, criar projetos educacionais unificadores, propor formas unificadas de ler o passado e criar valores e tradições, como forma de constituir cidadãos de um país territorial e lingüística-mente definidos. Estes intelectuais investiram na possibilidade de intervir na política cultural encetada pelo Estado para que esta pudesse atingir a elite e o cidadão comum, sendo que tal política tinha sempre uma dimensão nacional e homogeneizadora. Havia com esta prática de produção de revistas uma política de aproximação entre a população e o Estado, de tal forma que não fosse perceptível a separação. Estado, nação e sociedade deveriam ser convergentes. A partir do pressuposto que todos deveriam convergir para um único sentido idealizava-se o bom cidadão e a pátria grandiosa por seus feitos no passado serviria como exemplo no presente. Externamente as revistas funcionavam como propagadoras da cultura intelectual portuguesa, como veículos de difusão das idéias fixando uma memória coletiva de sua tradição e mostrando aos demais países europeus seu pendor imperialista mediante discurso de ser "criador de nacionalidades". Com isso, marcavam presença no contexto das políticas colonialistas e, acima de tudo, dialogavam com o Brasil na medida em que este era o emblema da positividade da sua política colonialista e serviria como exemplo para as colônias portuguesas, em África. (SERPA, 2000)

Desse modo, percebemos que muitas revistas portuguesas da época – e mesmo aquelas que se intitulavam luso-brasileiras, para a divulgação da cultura e literatura de e para ambos os países – de forma análoga ao jornal *O Estado de São Paulo*, utilizavam-se de artigos/matérias para realizar a manutenção do *status quo* português, apesar dos debates intensos acerca da desvinculação cultural promovida por alguns intelectuais brasileiros, por exemplo.

Nesse contexto, e consoante aos estudos prévios realizados por Neves, Saraiva e Serpa, observamos que não constam estudos sistemáticos sobre as relações culturais e literárias entre Brasil e

---

<sup>1</sup> Cf. Fernanda Suely Muller, *Ruptura ou tradição? A crítica e literatura portuguesa em “O Estado de São Paulo” no pré-modernismo brasileiro: 1900- 1911*, São Paulo, FFLCH-USP, dissertação de Mestrado defendida em março/2007, sob a orientação da Profa. Dra. Annie Gisele Fernandes e fomentada pela FAPESP

Portugal em ambas impressas periódicas da época, apesar de ter sido tão intensa, reveladora, capaz de descortinar os bastidores do Modernismo brasileiro e português de forma inédita e, sobretudo, mostrar como foi o diálogo entre os intelectuais da época.

De acordo com Saraiva (2004):

A falta desse estudo parece tanto mais grave quanto é certo que o Modernismo português e brasileiro representam sem dúvida os momentos mais altos da cultura portuguesa e brasileira no século XX, e quanto é certo que se supõe comumente que o modernismo brasileiro teorizou e praticou a separação definitiva entre a cultura brasileira e portuguesa, ou que os modernistas brasileiros ignoraram a literatura portuguesa. (p.15)

A imprensa de modo geral e, particularmente, as revistas produzidas pela intelectualidade portuguesa constituíram-se como verdadeiros locais privilegiados de discussão acerca da escrita da História, da situação política, social, cultural e econômica de Portugal e das relações com outros países. Transformados em veículos de propagação de idéias nacionalistas, dirigiam-se principalmente para o Brasil tentando cumprir o papel da imprensa, no sentido em que Pierre Bourdieu a concebe, ou seja: travando sobretudo uma luta política através da produção do conhecimento; buscando o reconhecimento pela produção e reprodução de capital simbólico que expressam notoriedade e respeitabilidade; afirmando sua autoridade e, por conseguinte, impondo ou criando condições para difundir e impor o conhecimento considerado legítimo e verdadeiro do sentido do mundo social, da sua significação atual e da direção em que vai e deve ir<sup>2</sup>.

## **1 O diálogo luso-brasileiro em revista**

Neste contexto e no âmbito da imprensa periódica do início do século XX estabeleceram-se muitos dos diálogos entre intelectuais brasileiros e portugueses da época. Sampaio Bruno, por exemplo, qualificado como filósofo português, publica um livro, em 1898, intitulado *Brasil Mental*, mostrando a complexidade das relações entre Portugal, Espanha, Inglaterra e Brasil, no final do século XIX e início do século XX, argumentando especialmente que sua preocupação ia no sentido de avaliar o desconhecimento que Portugal tinha do Brasil. As revistas portuguesas também partilhavam o discurso de que Portugal desconhecia o Brasil, embora algumas fossem publicadas com o objetivo de atender o público português com o escopo maior de glorificar a pátria perante os brasileiros, como já observamos.

Mas qual “Brasil” era apresentado aos portugueses, através de tais revistas? Segundo os estudos preliminares de Serpa, cada revista das citadas em seu artigo (*História, Seara Nova, Nação Portuguesa e Lusitânia*) focou ou concebeu um espaço diferente para o Brasil, mas em todas elas as matérias convergiam, de certa forma, para um plano luso-brasileiro de “aproximação” cultural e econômica.

Na revista *Águia*, por exemplo, somente no volume II do ano de 1912, apareceu a chamada “*Seção Brasileira*”, com um artigo sobre Eça de Queirós e o Brasil. Depois, esta seção desapareceu e despontaram artigos com temáticas variadas como, por exemplo, “Portugal no Brasil”. A partir de 1920, surgiu uma seção intitulada “*Cartas ao Brasil*” nas quais as preocupações básicas eram a emigração portuguesa para o Brasil e os desdobramentos do nacionalismo. A seguir, vejamos como se deu tal diálogo na revista *Atlântida*.

## **2 A revista e o projeto *Atlântida***

---

<sup>2</sup> Pierre Bourdieu, *Meditações Pascalinas*, Oeiras, Celta Editora, 1998, p.165.

A revista *Atlântida* foi uma publicação mensal que circulou entre 1915 a 1920, patrocinada pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, dos Estrangeiros e Fomento de Portugal e que contou inicialmente com dois diretores: João de Barros (em Portugal) e João do Rio (no Brasil). Embora tenha nascido para ser a “voz de Portugal no Brasil e a voz do Brasil em Portugal” teve a predominância de colaboradores portugueses, que geralmente publicavam artigos ensaísticos, alguns contos e poema. A colaboração brasileira, quando houve, foi representada principalmente pelo próprio editor João do Rio, Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida. Em relação ao conteúdo, podemos notar uma grande variedade de temas que quase sempre convergiram para reforçar o programa ideológico da revista, conforme veremos adiante. Congregou personalidades do simbolismo, do saudosismo da *Águia*, da literatura neo-realista, naturalista, do modernismo de *Orpheu* e ainda contou com colaboradores que integrariam outra importante revista, a *Seara Nova*. Dentre os principais nomes portugueses podemos citar Aquilino Ribeiro, Guerra Junqueiro, Jaime Cortesão, Antônio Sérgio, Teófilo Braga e Carlos Malheiro Dias, por exemplo. Além de escritores, contou com a colaboração de inúmeros ministros e presidentes de ambos os países, como já podíamos imaginar tomando por base o patrocínio político expresso na contra-capa da revista.

Na revista *Atlântida* (sub-intitulada “Mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil”), ao analisarmos os três primeiros exemplares da revista (15/11/1915, 15/12/1915 e 15/01/1916), já temos explicitado os objetivos da revista. Vejamos o que João de Barros, intelectual português, que juntamente com João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto), brasileiro, editava a revista, expõe no editorial de abertura do periódico as propostas da publicação:

Para que nem esse desconhecimento literário, nem o desconhecimento de qualquer outro fator de progresso e de melhoria intelectual ou social continue a existir, e a envergonhar-nos – é que nos abalançamos a publicar a *Atlântida*. Acima de tudo – pretende-se criar-se um órgão de aproximação recíproca, em que se traduzam e expressem as energias, as ambições, os ideais dos dois povos. Decerto que, para justificar o aparecimento desta revista, se poderiam invocar mil motivos de ordem imediatamente prática para um ou ambos os países. A verdade, porém, é que só um motivo nos guiou – a Paulo Barreto e a mim – e um motivo de ordem moral: – erguer até ao conhecimento perfeito e amável das suas tendências e dos seus esforços as duas nacionalidades. Mais nada. É pouco? É muito? O Futuro o dirá. Mas as intenções são tão levantadas e tão grandes, que não será orgulho excessivo proclamá-las assim. Nem confiança absurda esperar que elas se realizem, com a cooperação de todos aqueles que hoje constituem, pelas suas obras e pelo seu talento, as maiores razões de existir para o Brasil e para Portugal. (grafia atualizada)<sup>3</sup>

Ainda nesse sentido, observamos nesse número um artigo de Moreira Telles sobre as “Relações Luso-brasileiras” (p.62), assim como nas publicações subsequentes (números 2 e 3) há o “Brasil-Portugal”, de Vitor Viana (15/12/1915, p.99) e o “Os portugueses no Brasil”, de Alberto de Oliveira (15/01/1916, p. 195).

Apesar dos artigos citados, esse plano de aproximação luso-brasileiro através dos diversos setores da sociedade se faz presente na maioria das publicações veiculadas na revista ao longo das 48 edições que teve e é muito interessante verificar como o periódico recria um Brasil e Portugal peculiares, moldados em função desse almejado estreitamento. De acordo com Paiva<sup>4</sup>

O mais notável na revista, porém, é o modo de ler sua época, recriando, sem cessar, um Portugal e Brasil específicos [...] Dedicada a um público-leitor culto e conhecedor da sua atualidade, insere-se amplamente no período político a qual pertence. Revista de propaganda republicana, se empenha na revitalização de

<sup>3</sup> João de Barros, “Atlântida”. ATLÂNTIDA, Ano I, Vol. I, no. 01, 15 de novembro de 1915, p. 8-9.

<sup>4</sup> Cf: Janise de Sousa Paiva, *Atlânticamente Atlântida: em busca de mares já navegados*, Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado em Letras, 2001, p. 5-6.

Portugal interna e externamente instável. Recriando no imaginário coletivo a idéia de um Portugal profeticamente destinado a ser grande – cujo reingresso a esse período seria operado pela República – *Atlântida* busca o renascer de uma identidade portuguesa e, vagueando pelo passado, constrói um Portugal de mares já navegados e de “memórias gloriosas” ainda a navegar. Daí que mesmo ao recorrer a um movimento de revalorização pátrio, fundado na exaltação da cultura popular e regional, sua busca pela terra incluirá, ainda e sempre, uma volta ao mar. Simbolizando, neste retorno ao Brasil, uma nova e mesma busca por novo reino, novas terras, novas Áfricas e novas Ásias: por um novo Império. Com algum engenho e pouca arte, é nesta necessidade de valorização nacional que se situam as raízes da brasilidade lusa de *Atlântida*. Exalando política por todos os lados, frágil e fragmentada, *Atlântida* faz da propaganda nacional o eixo em torno do qual se ergue e define a sua idéia de aproximar Brasil e Portugal (PAIVA, 2001, p.5-6)

Vejamos então qual Brasil foi apresentado nas páginas da revista, uma vez que o Portugal ali exposto, como já pudemos notar, foi aquele que tal qual a civilização perdida que empresta o nome ao periódico<sup>5</sup>, iria ressurgir e retomar o esplendor outrora obtido pelas glórias passadistas.

O Brasil projetado pela *Atlântida* é, como já afirmamos, um país que é conveniente ao propósito da revista. Representando uma verdadeira extensão de Portugal, o periódico privilegia o Brasil que é “o Portugal do futuro debaixo do novo céu”<sup>6</sup>, um genuíno “Portugal na América”<sup>7</sup> e legítimo herdeiro e propagador da história portuguesa no novo continente.

Embora tal discurso fosse de certa forma esperado por parte dos portugueses, é curioso notar como os brasileiros que colaboravam na revista partilhavam o mesmo pensamento em relação ao país. Vejamos o que diz Olavo Bilac – um dos ilustres brasileiros que contribuíram com a *Atlântida* – sobre a presença do passado português na história do Brasil valendo-se de imagens metafóricas:

[...] Talvez seja um pouco exagerada em mim esta paixão pelo passado; [...] Em verdade o meu nacionalismo é filho do meu tradicionalismo, quero que a minha pátria se orgulhe da sua história. [...] não quero que a minha nacionalidade tenha uma vida sem passado e sem provações. Não quero que ela viva como essas plantas inferiores, que subsistem sem glórias e sem martírios, como as algas errantes sobre as águas, sem lar; como as aeróbias, que se nutrem do ar, sem tentáculos de nutrição; [...] Quero que ela seja uma dessas grandes e belas árvores, de longas e profundas raízes, aferrando-se no mais remoto e secreto seio da terra, no âmago do solo consagrado pelos tempos, regado pelo suor, fecundado pelas lágrimas, lavrado pelo sacrifício de muitas gerações de trabalhadores. Quero que a sua copa livre, autônoma, soberana alargue no amplo céu a sua mocidade e a sua independência; mas quero também que, com a sadia verdura das suas folhas, com a formosura das suas flores e com o sumarento viço de seus frutos, ela reconheça a força do húmus da terra de que se fez a sua seiva, e abençoe a nobreza dos séculos que a robusteceram.  
<sup>8</sup>(BILAC, 1916, p.15-16)

Foi esse tom indireto e cercado de floreios que permearam os discursos sobre a nacionalidade da revista e como o Brasil, via de regra, era retratado. Ainda que o autor destacasse que o país precisava estar atento às suas raízes, é muito interessante notar que tal gênese quase

<sup>5</sup> É muito interessante como a pesquisadora Janise Paiva levanta e discute o mito da Atlântida, que dá título a revista, em função de sua força simbólica – representando o próprio Portugal – e como elemento outro de ligação entre os países, apropriado do nome do Oceano – Atlântico – que banha ambas as nações. Bem como afirma na página 17, “um imaginário coletivo atlante e uma análise arqueológica dos dados históricos [...] nos fazem inquirir sobre a polissemia simbólica existente na aproximação entre a civilização atlante e dos portugueses, sugerindo uma leitura muito própria de Portugal.”

<sup>6</sup> Guerra Junqueiro, “Discurso”, ATLÂNTIDA, Ano I, Vol. II, no.6, 15 de abril de 1916, p.597.

<sup>7</sup> Coelho de Carvalho, “Discurso”, ATLÂNTIDA, Ano I, Vol. II, no.6, 15 de abril de 1916, p. 605

<sup>8</sup> Olavo Bilac, “Discurso”, ATLÂNTIDA, Ano I, Vol. II, no.6, 15 de abril de 1916p. 572-573.

sempre se resumia ao passado português, ignorando completamente a natureza híbrida da constituição da nação brasileira, fortemente marcada pela origem indígena, pela imigração e pela mão de obra escrava. Bem como afirma Paiva:

Sua volta atlântica ao Brasil pressupunha a compreensão do emigrante português como elemento chave na formação nacional brasileira. Além de uma função progenitora simbólica, caberia a este assegurar, através da língua e da tradição, a unidade do território e a preservação da “raça”, tantas vezes referida na revista. Construindo um Brasil todo seu, desconfia-se de um Brasil que não conhecer índios, negros e mestiços. Tem-se um Brasil português distante das questões raciais do momento. Na valorização do português, a revista indiretamente apresenta o papel secundário do negro e do índio na condução nacional. (PAIVA, 2001, p. 98-99)

A revista nos apresenta, assim, um Brasil de contorno pouco definidos, esperando convencer os leitores que Portugal e Brasil “adivinham-se um ao outro através do oceano, [...] enlaçam-se [...] para cantar o mesmo cântico e sonhar as mesmas epopéias...”<sup>9</sup>. Enquanto pela revista sabemos tudo o que se passa em Portugal, desde o âmbito político até as colunas sociais, o Brasil ali exposto (nas raras vezes em que é mencionado) é um país construído, alegórico, pensado por/através de Portugal e endossado pelos poucos brasileiros que representavam o país no corpo editorial da revista.

O crítico Arnaldo Saraiva, em seu estudo sobre as relações entre o Modernismo português e brasileiro<sup>10</sup>, qualificou a revista como “luso-brasileira sim, mas pouco ousada” e aponta ainda que a revista não alinhou-se ao período estético no qual estava inserido. A *Atlântida* praticamente nada menciona sobre os modernistas de seu tempo, com exceção à referência que faz a Ronald de Carvalho e seu livro *Luz Gloriosa* nos números 7 e 14 da revista (publicadas em maio e dezembro de 1916, respectivamente).

Também em relação ao modernismo, outra figura importante para as letras nacionais que fez parte da redação da revista foi Graça Aranha, o mesmo que organizaria a famosa Semana de Arte Moderna em 1922 defendendo o célebre e bombástico argumento de que o Brasil tinha que deixar de ser a “câmara mortuária de Portugal”<sup>11</sup> – ele assumiu a direção da revista na França em seus últimos anos de publicação. Pensando em tal mudança, uma das últimas pela qual a revista passou, poderíamos encontrar um dos fios da meada para discutir a fragilidade e a circunstancialidade da sua pretendida luso-brasilidade, bem como em relação às outras revistas que integram o corpus de nossa pesquisa de Doutorado.

## **Conclusão**

Destarte e, pensando ainda nesse período *moderno* que representou uma espécie de “amadurecimento” da literatura brasileira, gostaríamos de refletir sobre o papel dessa imprensa periódica no referido contexto.

Se concordamos com Antonio Candido quando afirma que é no período realista/naturalista e na figura de Machado de Assis crítico que se consolidam o período de formação da literatura brasileira, é interessante também verificar qual opinião que o crítico tem sobre os períodos literários imediatamente posteriores àqueles estudados na *Formação da Literatura Brasileira*. De fato, o crítico expõe em outra importante obra<sup>12</sup> que é no período *Pré* e principalmente *Moderno* (a partir

<sup>9</sup> João de Barros, “A aproximação luso-brasileira e a Paz de Versalhes”, *Sentido do Atlântico*, Paris/Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1921, p.81.

<sup>10</sup> Cf. Arnaldo Saraiva, *O modernismo brasileiro e português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*, Campinas, UNICAMP, 2004.

<sup>11</sup> Cf. Graça Aranha, “O Espírito Moderno” (Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras em 19/06/1924), apud Gilberto Mendonça Teles, *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*, Petrópolis, Vozes, 1999.

<sup>12</sup> Antônio Candido, *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*, 5. ed., São Paulo, Editora Nacional, 1976

da década de 20) que podemos encontrar algumas respostas em busca da almejada literatura nacional emancipada.

É no período moderno, de fato, que a nossa literatura toma novo fôlego, na tentativa de valorizar e descrever o que é tipicamente nacional retomando a fase indianista do período Romântico que agora revisitado, representava o hibridismo da constituição do caráter nacional em suas múltiplas facetas, seja através da antropofagia ou da vertente regionalista.

Não deixa de ser estranho como as revistas que fomentavam o luso-brasileirismo – e particularmente no caso de *Atlântida* – conseguiram sobreviver e propagar esse ideal da luso-brasilidade e de estreitamento das relações culturais entre os países (desde, é claro, que se sobressaíssem os valores portugueses, não podemos nos esquecer) em um período tão impertinente para tais discussões e praticamente concomitante aos acontecimentos que se tornariam um marco para a cultura e literatura nacionais em 1922.

A revista, mesmo contando com o patrocínio dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Fomento de Portugal e, bem como prevê o sistema de funcionamento da imprensa, necessitava certamente de atingir um certo número de leitores/alcançar um certo número de tiragem ou, pelo contrário, não teria conseguido ir adiante por muito tempo, sobretudo naquela época.<sup>13</sup>

Ora, se o periódico era dirigido ao público brasileiro – como podemos notar pela grande quantidade de propaganda e informações desnecessárias ali veiculadas para o português residente em Portugal – cabe nos perguntar ainda quais eram os brasileiros que liam/consumiam tais revistas. O índice de alfabetização e, conseqüentemente de leitores brasileiros naquela época, como sabemos, não era muito alto. A camada da população que tinha acesso à educação e à cultura em tal período era a mesma que provinha das tradicionais famílias de imigrantes bem sucedidos (portugueses, inclusive), freqüentemente no Rio de Janeiro ou, no caso de São Paulo, da elite rural que ascendia socialmente e proporcionava a seus filhos até mesmo formação no exterior (Portugal e França eram os destinos mais comuns). Logo, podemos inferir que era esse mesmo público-leitor restrito, formador da então elite intelectual brasileira, o consumidor de tais publicações e, não por acaso, também o articulador dos acontecimentos culturais que marcaram o início oficial do Modernismo no Brasil.

Se no início tal afirmação pode parecer estranha e contraditória em si mesma – afinal, as revistas citadas pregavam a aproximação luso-brasileira através, sobretudo, da valorização da cultura/raízes portuguesas imbuídas na constituição do país e que, justamente, representou um dos alvos de crítica dos Manifestos Modernistas – lembremos que, não por acaso, o período foi marcado por um contínuo dialético de tradição e ruptura que, mesmo com a explosão da Semana de 22, não conseguiu extirpar a presença indelével de Portugal, seja através da língua, pelo amadurecimento que proporcionou tais reflexões em busca da identidade brasileira ou ainda pelo belo *galho* que criamos, parodiando a gênese criacionista da nossa literatura exposta por Antonio Candido na famosa *Formação*. Lembremos, ainda, do interessante conceito de Ecologia Cultural/ecossistema proposto por Benjamin Abdala Jr.<sup>14</sup> e que nos parece bem adequada ao caso: “Por ecossistema entendemos uma produtiva coexistência contraditória de pedaços de culturas diferentes, em processos contínuos de tensões, interações e mesclagens.”

Falando ainda de imprensa, não podemos nos esquecer, contudo, do grande poder de persuasão e de formação de opinião que tal meio de comunicação exerce junto à sociedade, ainda que de forma incipiente em tal época. Embora os estudos acerca da Cultura de Massa e da Indústria Cultural tenham surgido apenas décadas mais tarde, é inegável que os articuladores de tais revistas e, especialmente no caso da *Atlântida* – fomentada não por acaso pelos Ministérios das Relações Exteriores como já mencionamos – sabiam e utilizaram esse instrumento em prol do estreitamento

<sup>13</sup> Cf. Fernanda Suely Muller, *Op. Cit.*, p.35-36.

<sup>14</sup> Benjamin Abdala Junior, *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*, São Paulo, Ateliê, 2007, p.20.

das relações luso-brasileiras, pautados em interesses que parecem menos ingênuos que aqueles expostos inicialmente no programa da revista. Ainda de acordo com Paiva:

*Atlântida* vale pelas imagens de Portugal e Brasil, bem como pelos usos e abusos da literatura e da história em seu projeto luso-brasileiro. Da fachada de um “mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil” emerge, pois, uma revista essencialmente política. Muito mais que um condensado de ensaios, entrevistas, poemas, contos e resenhas, *Atlântida* é um caminho para se ler Portugal. Ler Portugal lendo a revista foi com interpretamos suas páginas, aparentemente ávidas, como um mil folhas de textos, pretextos e contextos, sintomas e discursos. (PAIVA, 2001, p. 115)

Ao pensarmos no Portugal construído por essa intelectualidade para atender objetivos diferentes daqueles ingênuos expostos no programa inaugural da revista, percebemos claramente a formação de um campo de força intelectual, tal qual aquele proposto por Bourdieu<sup>15</sup>, representado nesse contexto pelo poder simbólico da imprensa/ideologia veiculada.

Conscientes ainda de que não existe escrita neutra e de que toda a fala é uma estratégia política, na medida em que o emissor sempre tenta convencer seu interlocutor pelo seu ponto de vista, sabemos que tal discussão não se encerra aqui e que todas as variantes que permeiam esse discurso devem ser analisadas para que possamos ter um estudo realmente consistente. Desse modo esperamos que, com a conclusão da pesquisa de Doutorado que estamos realizando, possamos responder pelo menos algumas das inúmeras perguntas já levantadas com a leitura prévia do *corpus*. Assim, pretendemos ainda traçar um perfil que atenda às especificidades desse momento importante para a história e para a literatura nacionais e que contribua para uma melhor compreensão das verdadeiras relações luso-brasileiras no período.

## **Referências Bibliográficas**

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin (org). *Incertas relações: Brasil-Portugal no século XX*. São Paulo: SENAC, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. São Paulo: Ateliê, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Formação da literatura brasileira, de Antonio Candido”. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin; CARA, Salete de Almeida (Org.). *Moderno de nascer: figuras do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, p. 255-276.
- BARROS, João de. *Sentido do Atlântico: uma campanha luso-brasileira*. Paris/Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, 1921.
- BARROS, João de. “Atlântida”. *ATLÂNTIDA*, Ano I, Vol. I, no. 01, 15 de novembro de 1915, p. 8-9.
- BILAC, Olavo. “Discurso”, *ATLÂNTIDA*, Ano I, Vol. II, no.6, 15 de abril de 1916p. 572-573
- BOUDIEU, Pierre. (Trad. Sergio Miceli) *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Meditações Pascalinas*. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Ed, Itaiáia, 1981.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- CARVALHO, Coelho de. “Discurso”, *ATLÂNTIDA*, Ano I, Vol. II, no.6, 15 de abril de 1916, p. 605

---

<sup>15</sup>Cf., por exemplo, Pierre Bourdieu, Trad. Sergio Miceli, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 2005.



JUNQUEIRO, Guerra. “Discurso”, *ATLÂNTIDA*, Ano I, Vol. II, no.6, 15 de abril de 1916, p.597  
MULLER, Fernanda Suely. *Ruptura ou tradição? A crítica e literatura portuguesa em “O Estado de São Paulo” no Pré-Modernismo brasileiro: 1900 – 1911*. São Paulo: FFLCH-USP, 2007 (Dissertação de Mestrado em Letras).

NEVES, João Alves das. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Icalp, 1992.

PAIVA, Janise de Sousa. *Atlânticamente Atlântida: em busca de mares já navegados*. Niterói: UFF, 2001 (Dissertação de Mestrado em Letras)

PIRES, Daniel. *Dicionário das revistas literárias portuguesas do século XX*. Lisboa: Contexto, 1986.

\_\_\_\_\_. *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1900-1940)*. Lisboa: Grifo, 1996.

ROCHA, Clara. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Casa da Moeda, 1985

SARAIVA, Arnaldo. *O modernismo brasileiro e português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: UNICAMP, 2004

SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882000000100004&lng=en&nr m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882000000100004&lng=en&nr m=iso)>. Acesso em: 03 Apr 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0102-01882000000100004

TELES, Gilberto M. *Vanguarda européia e o Modernismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal: a imagem recíproca – o mito e a realidade na expressão literária*. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

---

<sup>1</sup> **Fernanda Suely MULLER, Doutoranda (bolsista FAPESP)**

Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: fersmuller@hotmail.com